

Assunto: Temático Timor-Leste - Governo timorense criar nova categoria investimento para compra do Greater Sunrise

Dili, 21 fev (Lusa) - O Governo timorense vai reduzir para 35% o valor do Fundo Petrolífero (FP) investido em ações, canalizando até 5% dos ativos para a compra de uma participação maioritária no Greater Sunrise, anunciou a ministra interina das Finanças.

Um investimento, explicou a governante, que deverá traduzir-se numa taxa de remuneração de “4,5% anual” do FP através da Timor Gap.

“O acordo de gestão entre o Ministério das Finanças (MF) e o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) será revisto para refletir o novo investimento”, disse Sara Lobo Brites, que interveio num plenário extraordinário do Parlamento Nacional.

“Este investimento permitirá ao Estado avançar com o desenvolvimento deste importante e significativo projeto petrolífero, gerando inúmeros benefícios financeiros, económicos e sociais para o povo de Timor-Leste e permitindo a diversificação e desenvolvimento da economia nacional”, disse.

“Este investimento deverá ser realizado o mais rapidamente possível, para permitir não só acelerar das discussões para desenvolvimento do projeto, mas também evitar o pagamento por parte do Estado de penalizações contratuais por atraso na conclusão do negócio”, explicou.

Sara Lobo Brites foi ao parlamento apresentar as “regras e critérios de seleção, gestão e avaliação do investimento que o FP vai realizar através da Timor Gap, com a aquisição dos interesses das companhias petrolíferas ConocoPhillips e Shell no campo do Greater Sunrise”.

Regras e critérios que vão “enquadrar a relação que o Banco Central, gestor operacional do fundo deverá contratar com a Timor Gap, a empresa a quem vai ser atribuída a gestão específica desta parcela de investimento” do FP.

Timor-Leste acordou comprar as participações da Conoco e da Shell pelo valor de 650 milhões de dólares e a operação deve ser concluída até final de março para evitar uma ‘multa’ diária de quase 48 mil dólares, por cada dia de atraso.

Para isso o Governo destina 5% dos ativos do FP a uma nova classe de investimentos - “outros investimentos ilegíveis” -, reduzindo a percentagem de ações detidas de 40 para 35%, e mantendo inalterado o valor alocado em depósitos bancários e instrumentos de dívidas.

As regras definidas pelo Governo determinam que esse investimento pode ser feito através da Timor Gap, diretamente ou através de subsidiárias detidas a 100%, “sob a forma de instrumentos de dívida que vençam juros para financiar o investimento”.

Esse acordo entre a o BCTL gestor operacional do FP - e a Timor Gap prevê que a petrolífera não tenha que devolver valor ou dividendos ao FP nos primeiros oito anos do projeto, segundo disse a Lusa fonte conhecedora do processo.

Os ativos resultantes deste investimento “devem ser detidos por sociedades comerciais 100% detidas pela Timor Gap e, portanto, detidas, indiretamente e na totalidade, pelo Estado de Timor-Leste”.

Só podem avançar, explicou a ministra, no caso de “interesses participativos em áreas de exploração nas quais já tenham sido efetuadas descobertas comerciais de petróleo e/ou gás natural”.

Terá ainda que ser apresentada “com estudos técnicos devidamente fundamentadas” uma “taxa interna de retorno de acordo com os padrões da indústria petrolífera para investimentos da mesma natureza”.

Sara Lobo Brites explicou ainda que “o investimento deve previsivelmente contribuir para o desenvolvimento e diversificação da economia nacional” criando “oportunidades de emprego e formação profissional qualificada” de trabalhadores timorenses, oportunidades de negócios para empresas nacionais.

Deve ainda contribuir “para o desenvolvimento e transmissão de conhecimentos para cidadãos e entidades nacionais” e desenvolver “atividades industriais e infraestruturas produtivas”.

A governante explicou ainda que a gestão do investimento ficará a cargo da Timor Gap que tem que investir “de forma prudente, de acordo com as melhores práticas das industria petrolífera” e respeitando o acordo com o BCTL que pode, com o Ministério das Finanças realizaram inspeções ou auditorias periódicas.

A apresentação de hoje, apesar de estar prevista na lei, é pouco usual na história do Parlamento Nacional já que, na maior parte dos anos a apresentação dos critérios de investimento é incorporada na apresentação do relatório anual do Fundo Petrolífero.

Isso deve-se ao facto de, pela primeira vez, o Governo está a aplicar um elemento da lei do FP que permite que até 5% do FP possa ser aplicado “em outros investimentos elegíveis”, cabendo a quem tutela as Finanças levar ao parlamento uma “proposta de distribuição de carteira” e aprovar, em diploma ministerial, as regras e critérios em causa.

Uma operação possível por polémicas mudanças ã Lei de Atividades Petrolíferas (LAP) que permitem que esses investimentos possam ser aplicados tanto no estrangeiro (como definia anteriormente a lei) como em território nacional.

Assunto: Temático Timor-Leste - Governo timorense quer acelerar compra da Greater Sunrise, oposição crítica

Dili, 21 fev (Lusa) -- O Governo timorense defendeu hoje acelerar o mais rapidamente a concretização da compra da participação no consórcio do Greater Sunrise, para evitar penalizações e para cumprir o calendário exigente da operação.

Em declarações á Lusa, a ministra interina das Finanças rejeitou críticas da oposição, que acusa o Governo de estar a avançar na compra quando ainda está pendente uma decisão do Tribunal de Recursos sobre a constitucionalidade de alterações legislativas aprovadas para permitir essa mesma operação.

“Querer acelerar a compra tem a ver com a operação em si e a sua implementação. Temos um tempo muito curto e temos que acelerar o processo, independentemente da decisão do tribunal”, disse Sara Lobo Brites em declarações á Lusa no parlamento.

Sara Lobo Brites foi ao parlamento apresentar as “regras e critérios de seleção, gestão e avaliação do investimento que o FP vai realizar através da Timor Gap, com a aquisição dos interesses das companhias petrolíferas ConocoPhillips e Shell no campo do Greater Sunrise”.

Timor-Leste acordou comprar as participações da Conoco e da Shell pelo valor de 650 milhões de dólares e a operação deve ser concluída até final de março para evitar uma ‘multa’ diária de quase 48 mil dólares, por cada dia de atraso.

“O investimento do FP é destinado somente para as compras de ações. Todos os custos envolvidos com a operação ou com a infraestruturas é da parte do Timor Gap. A Timor Gap vai alavancar o relatório financeiro para recorrer a financiamento para isso”, explicou.

Intervindo no debate, deputados da Fretilin e do PD, na oposição, criticaram o facto do Governo estar a avançar com a operação de compra com base em alterações a uma lei sobre as quais 23 deputados pediram ao Tribunal de Recurso a fiscalização da constitucionalidade.

Aniceto Lopes, chefe da bancada da Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (Fretilin), acusou o Governo de “má fé processual”, querendo avançar na operação sem esperar por uma decisão do Tribunal de Recurso.

“Questiono a boa fé do Governo. O Governo usa a Lei de Atividades Petrolíferas, cujas alterações estão no Tribunal de Recurso. Mesmo sem decisão do tribunal, o governo vai implementar. Isso é má fé processual”, afirmou.

Argumento rejeitado pelo presidente do Parlamento nacional, pela ministra e pelas bancadas da coligação do Governo que insistiram que a lei está em vigor, que o pedido de fiscalização não tem efeito suspensivo e que, por isso, o processo deve continuar.

“A oposição recorreu ao Tribunal depois da promulgação. A lei continua em vigor e, por isso, o Governo executa. Só depois de uma decisão do Tribunal, e se alguma alínea for questionada, seria alterada. Mas só essa alínea ou artigo, não toda a lei”, afirmou Arão Noé Amaral, insistindo que “até lá a lei está em vigor e é para executar”.

Brites disse que não cabe ao Governo “especular sobre a decisão do Tribunal de Recurso”, mas “garantir que se conclui todo o processo necessário até fim de março porque se isso não ocorrer o estado é penalizado e isso trará prejuízos significativos para o Estado”.

Joaquim dos Santos (Fretilin), disse que havendo um pedido de fiscalização da constitucionalidade, o Governo “deveria esperar para executar a lei”, até porque a compra só tem que se concretizada até final de março.

“O Tribunal deverá tomar a decisão antes. Porquê não esperar? Se o tribunal declara nulo quem assume a responsabilidade? É a ministra, o primeiro-ministro ou o Governo? Se o tribunal declarar que as alterações são nulas, inconstitucionais, então quem assume a responsabilidade para lidar com o problema?”, questionou.

Fonte judicial disse ã Lusa que se a compra já tiver sido efetivada antes de uma decisão do Tribunal, mesmo que essa decisão ocorra não afetará negócios já concluídos.

Antoninho Bianco (Fretilin) questionou ainda o facto de o parlamento não conhecer, até ao momento, o parecer do Comité de Assessoria para o Investimento sobre a operação de compra, algo que a ministra se comprometeu a fornecer aos deputados.

Igualmente questionado pelos deputados da oposição, como a deputada Lúcia Norberto (Fretlin), foi o facto de não ter sido igualmente explicado pelo Governo “o plano de negócios” que sustenta esta política de investimento do executivo.

António da Conceição (PD), também pediu informação adicional sobre o plano de negócios para o investimento, incluindo estimativas de despesas de gastos e retorno e ainda o modelo de “parceria para promover o desenvolvimento”.

Finalmente, a oposição contestou o facto da intervenção inicial da ministra, essencialmente técnica, ter sido feita em português e não haver tradução em tétum, tendo Arão Noé Amaral afirmado que o texto seria traduzido.

David Ximenes (Fretlin) fez uma intervenção mais política, criticando os ataques e críticas á oposição apenas por levantar questões e duvidas sobre o processo.

“Quando se fala de política, não podemos fazer politiquice. Apresentamos duvidas porque queremos resposta. Não podemos ser acusados de ser traidores porque colocamos questões ou levantamos duvidas”, disse.

“Estamos aqui com boa fé e queremos falar sobre o presente e o futuro”, afirmou.

Josefa Soares (Fretlin) questionou igualmente a capacidade da petrolífera timorense, Timor Gap, gerir um investimento tão grande, questionando diretamente a ministra se “garante essa competência”, afirmando que o seu partido apoia o gasoduto para Timor-Leste mas que “preciso “unidade” em torno ao investimento.

Uma pergunta que ficou sem resposta da ministra que disse que estava no parlamento apenas para “cumprir a lei” que exigia uma apresentação do Governo em caso de alterações a políticas de investimento.

ASP // FST

Lusa/Fim

Subject: Thematic Timor-Leste - Timorese Government creates new investment category for purchase of Greater Sunrise

Dili, Feb 21 (Lusa) - The Timor-Leste Government will reduce the value of the Petroleum Fund (PF) invested in stocks to 35%, channeling up to 5% of the assets to purchase a majority stake in Greater Sunrise, the interim Finance Minister announced.

An investment, explained the governor, should translate into a rate of "4.5% annual" remuneration of the PF through Timor Gap.

"The management agreement between the Ministry of Finance (MF) and the Central Bank of Timor-Leste (BCTL) will be revised to reflect the new investment," said Sara Lobo Brites, who spoke at an extraordinary plenary session of the National Parliament.

"This investment will enable the State to advance the development of this important and significant oil project, generating numerous financial, economic and social benefits for the people of Timor-Leste and allowing the diversification and development of the national economy," she said.

"This investment should be carried out as soon as possible to allow not only to accelerate the discussions for the development of the project, but also to avoid the payment by the State of contractual penalties for delays in the conclusion of the business," she explained.

Sara Lobo Brites went to parliament to present the "rules and criteria for selection, management and evaluation of the investment that the PF will carry out through the Timor Gap, with the acquisition of the interests of the oil companies ConocoPhillips and Shell in the Greater Sunrise field."

Rules and criteria that will "frame the relationship that the Central Bank, the fund's operational manager shall contract with the Timor Gap, the company to be attributed the specific management of this portion of investment" of the PF.

Timor-Leste has agreed to buy the shares of Conoco and Shell for \$650 million and the operation must be completed by the end of March to avoid a daily "fine" of nearly \$ 48,000 for each day of delay.

To this end, the Government allocates 5% of PF's assets to a new class of investments - "other illegible investments" -, reducing the percentage of stocks held from 40 to 35%, and keeping the amount allocated in bank deposits and debt instruments.

The rules defined by the Government determine that such investment can be made through Timor Gap, directly or through wholly-owned subsidiaries, "in the form of interest-bearing debt instruments to finance the investment."

This agreement between the BCTL - operational manager of the PF - and the Timor Gap foresees that the oil company does not have to return value or dividends to the PF in the first eight years of the project, according to what a source familiar with the process said to LUSA.

The assets resulting from this investment "shall be held by commercial companies 100% owned by TimorGap and therefore owned, indirectly and in full, by the State of Timor-Leste".

They can only move forward, she explained, in the case of "participatory interests in exploration areas where commercial discoveries of oil and/or natural gas have already been made."

It will also have to be presented "with duly substantiated technical studies" an "internal rate of return according to the petroleum industry standards for investments of the same nature".

Sara Lobo Brites also explained that "investment should predictably contribute to the development and diversification of the national economy" by creating "employment opportunities and qualified professional training" of Timorese workers, business opportunities for national companies.

It should also contribute "to the development and transmission of knowledge to citizens and national entities" and to develop "industrial activities and productive infrastructures".

The governor also explained that the investment management will be in charge of TimorGap which has to invest "in a prudent way, in accordance with the best practices of the oil industry" and respecting the agreement with the BCTL that can, with the Ministry of Finance, carry out periodic inspections or audits.

Today's presentation, although foreseen by law, is unusual in the history of the National Parliament, since in most years the presentation of the investment criteria is incorporated in the presentation of the annual report of the Petroleum Fund.

This is due to the fact that, for the first time, the Government is applying an element of the PF law that allows up to 5% of the PF to be invested "in other eligible investments", overseen by the Ministry of Finance which raised in parliament a "proposal for portfolio distribution" and to approve, in a ministerial decree, the rules and criteria in question.

A possible operation due to controversial changes to the Petroleum Activities Law (LAP) that allow these investments to be applied both abroad (as previously defined by law) and in the national territory.

Subject: Timor-Leste - Timorese Government wants to accelerate purchase of Greater Sunrise, opposition critical

Dili, Feb 21 (Lusa) - The Timorese government today defended accelerating the acquisition of the Greater Sunrise consortium as soon as possible in order to avoid penalties and to comply with the required schedule of the operation.

Speaking to Lusa, the acting Finance Minister rejected criticism from the opposition, which accuses the government of progressing with the purchase while a ruling by the Appeals Court is still pending on the constitutionality of legislative changes approved to allow this same operation.

"Wanting to accelerate the purchase has to do with the operation itself and its implementation. We have a very short time and we have to accelerate the process regardless of the court's decision," said Sara Lobo Brites in statements to Lusa in parliament.

Sara Lobo Brites went to parliament to present the "rules and criteria for selection, management and evaluation of the investment that the PF will carry out through the Timor

Gap, with the acquisition of the interests of the oil companies ConocoPhillips and Shell in the Greater Sunrise field."

Timor-Leste has agreed to buy the shares of Conoco and Shell for \$650 million and the operation must be completed by the end of March to avoid a daily "fine" of nearly \$48,000 for each day of delay.

"The investment of the PF is destined only for the purchase of shares. All costs involved with the operation or the infrastructure are on the part of the Timor Gap. The Timor Gap will leverage the financial report to tap financing for this," she explained.

Speaking in the debate, Fretilin MPs and the opposition PD criticized the fact that the Government was moving forward with the purchase operation on the basis of amendments to a law on which 23 Members asked the Court of Appeal to review constitutionality.

Aniceto Lopes, head of the Revolutionary Front of Independent Timor-Leste (Fretilin), accused the government of "procedural bad faith", for wanting to move forward without waiting for a ruling from the Court of Appeal.

"I question the good faith of the Government. The Government uses the Petroleum Activities Law, whose amendments are in the Court of Appeal. Even without a court ruling, the government will implement them. That is procedural bad faith," he said.

The argument was rejected by the President of the National Parliament, the Minister and the coalitions of the Government coalition who insisted that the law is in force, that the request for review does not have suspensive effect and that, therefore, the proceeding must continue.

"The opposition appealed to the court after promulgation. The law continues in force and, therefore, the Government executes it. It is after a decision of the Court, and if any point is questioned, it would be changed. But there is this paragraph or article, not the whole law," said Araújo Noé Amaral, insisting that "until then the law is in force and is to execute."

Brites said that it is not for the government to "speculate on the decision of the Court of Appeal" but "to ensure that the entire process is completed by the end of March because if this does not occur the state is penalized and this will bring significant losses to the State."

Joaquim dos Santos (Fretilin), said that if there was a request for a constitutional review, the government "should wait to execute the law", because the purchase must be completed by the end of March.

"The Court shall take the decision first. Why not wait? If the court declares void who assumes responsibility? Is it the minister, the prime minister or the government? If the court declares that the amendments are void, unconstitutional, then who takes responsibility to deal with the problem?" he asked.

A judicial source told Lusa that if the purchase has already been effected before a court decision, even if that decision occurs it will not affect the already completed business.

Antoninho Bianco (Fretilin) also questioned the fact that the Parliament did not yet know the opinion of the Investment Advisory Board on the purchase operation, something the Minister has promised to provide to Members.

Also questioned by the opposition MPs, such as Lídia Norberto (Fretlin), was the fact that the government did not explain the "business plan" that underpins this investment policy of the executive.

António da Conceição (PD), also asked for additional information on the business plan for the investment, including estimates of expenses for expenses and returns, as well as the "partnership for development" model.

Finally, the opposition disputed that the original intervention of the minister, essentially technical, was made in Portuguese and there was no translation in Tetum, and Arão Noé Amaral stated that the text would be translated.

David Ximenes (Fretilin) made a more political intervention, criticizing the attacks and criticisms of the opposition only by raising questions and doubts about the process.

"When you talk about politics, we cannot do politics. We present doubts because we want an answer. We cannot be accused of being traitors because we ask questions or raise doubts," he said.

"We are here in good faith and we want to talk about the present and the future," he said.

Josefa Soares (Fretilin) also questioned the ability of the Timor-Leste oil company, TimorGap, to manage such a large investment, directly asking the minister to "assure this competence," stating that her party supports the Timor-Leste gas pipeline but that "Unity" is needed around the investment.

This question remained unanswered by the minister who said she was in parliament just to "comply with the law" which required a presentation from the Government in case of changes to investment policies.

ASP // FST

Lusa / End